



COMO ESTÁ CABO DELGADO?

WEBINAR 8: DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE CABO DELGADO

No passado dia 4 de Dezembro realizou-se o 8º webinar da série “Como está Cabo Delgado?” sobre o tema “Desenvolvimento Integrado de Cabo Delgado”, contando com as intervenções de Jerry Maquenzi, João Feijó, António Souto e a moderação de Abdul Carimo. João Mosca assumiu a função de discussant.

UM DIAGNÓSTICO SOCIOECONÓMICO DA PROVÍNCIA

A província destaca-se pela abundância e valor dos recursos naturais, nomeadamente recursos pesqueiros, floresta, marfim, pedras preciosas e gás. Não obstante constituir um espaço de crescente investimento económico, o último inquérito ao orçamento das famílias veio constatar um aumento da pobreza (de consumo e multidimensional) no Norte do país em geral. A província de Cabo Delgado destaca-se do restante território pelas maiores taxas de analfabetismo, de acesso a energia ou a bens duráveis e de exclusão financeira. Porém, a província de Cabo Delgado constitui um espaço heterogéneo, constatando-se diferentes níveis de desenvolvimento socioeconómico.

Representando o epicentro do investimento na indústria de gás, o **distrito de Palma** regista uma das taxas de analfabetismo mais elevadas na província, não se conhecendo a existência de escolas técnico-profissionais no distrito. Palma destaca-se, também, pela elevada incidência de fenómenos de feticidismo a céu aberto e de exclusão financeira. Ao nível das actividades económicas o distrito destaca-se na produção de arroz e na avicultura.

Predominantemente makonde e cristão no **planalto de Mueda** regista-se um maior índice de habitações cobertas com material convencional, assim como uma forte concentração de beneficiários da pensão de antigo combatente, duas características estreitamente associadas, pelo menos nos discursos das populações locais. Os resultados eleitorais revelam uma forte tendência de voto no partido Frelimo. O distrito não deixa de registar elevados níveis de pobreza, ainda que menos evidentes em termos de acesso a energia ou bens duráveis. Em termos de actividades económicas o planalto destaca-se pela produção de milho, batata doce e suinicultura.

Em virtude do conflito, **os distritos da costa** (Mocímboa da Praia, Macomia, Quissanga, aos quais se acrescenta o distrito de Muidumbe) apresentam-se amplamente despovoados e sem administração do Estado. Antes do conflito, os distritos da costa eram maioritariamente islâmicos, assumindo a actividade pesqueira uma elevada importância económica, conjugada com o comércio, com a produção agrícola (particularmente mandioca e arroz) e pecuária (galinhas e caprinos). Os resultados eleitorais revelam que, nas zonas da costa, os partidos da oposição conquistaram uma importante base social de apoio.

No **interior centro** da província (nomeadamente nos distritos de Montepuez e de Balama) os níveis de pobreza tendem a ser menos evidentes, quer pela presença de serviços públicos e infraestruturas (incluindo o corredor Pemba-Lichinga), quer pela existência de infraestruturas de apoio ao agronegócio (particularmente em torno de culturas como o algodão, o gergelim ou o arroz), quer pelo complemento com outras actividades não agrícolas (comércio, exploração de recursos florestais, garimpo, entre outras).

O **interior Sul da província** (distritos de Namuno e Chiúre) constitui a região mais populosa, que tem a agricultura como principal actividade. É no Sul da província que se observam os maiores índices de pobreza em Cabo Delgado (em termos de analfabetismo, privação de saneamento seguro, de cobertura de casa com material convencional, acesso a energia e a bens duráveis (como telemóvel), registando-se uma forte incidência de doenças endémicas.

Em torno das zonas urbanas (sobretudo em Pemba, mas também Montepuez) regista-se uma melhoria dos indicadores de alfabetização, médico por habitante, acesso a energia, cobertura do telhado com material convencional, acesso a bens duráveis ou inclusão financeira. Os dados permitem concluir que, nas zonas onde a população mais depende da agricultura, se registam maiores níveis de pobreza, remediada pelo crescente acesso a actividades não agrárias, como pequeno comércio, garimpo ou exploração de recursos florestais.

TRANSFORMAÇÕES GERADAS PELO CONFLITO ARMADO

O conflito armado vem exercendo um profundo impacto na província, onde se destaca:

- a) Abandono de culturas e de actividades económicas e diminuição da produção agrícola, contribuindo para a inflacção entre produtos de primeira necessidade e insegurança alimentar;
- b) Deslocação forçada de cerca de meio milhão de indivíduos, que se concentram maioritariamente na periferia das zonas de conflito, levantando crescentes dificuldades em termos de assistência humanitária;

- c) Violência e desconfiança sobre as populações e sobre inúmeros empresários, suspeitos de financiamento de grupos insurgentes ou de lavagem de dinheiro;
- d) Aumento da pobreza e desemprego de jovens e respectivo potencial de recrutamento (voluntário e/ou forçado) para grupos violentos;
- e) Grande dificuldade de produção de estatísticas e aumento da incerteza em relação à realidade local;

QUE POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO NUM CONTEXTO DE CONFLITO?

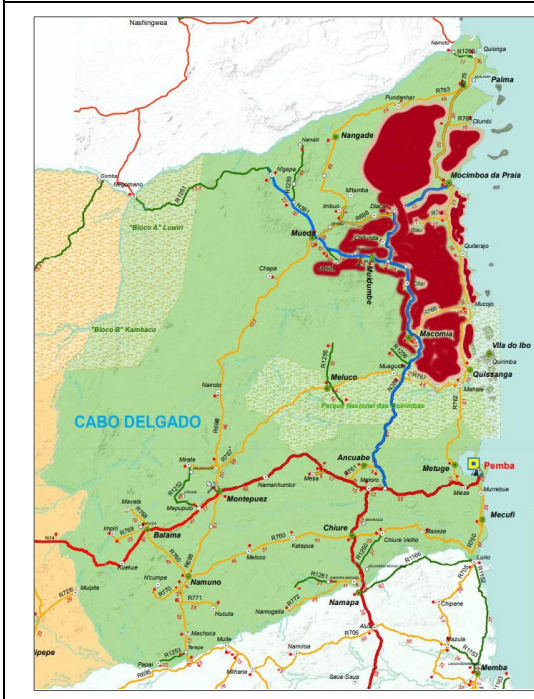
Não obstante ao longo das últimas décadas terem sido realizados diversos planos estratégicos de desenvolvimento da província de Cabo Delgado, que não deixavam de prever o desenvolvimento do agro-negócio e da agro-transformação, assim como pequenos serviços rurais, a realidade é que se assiste à consolidação de uma economia extractiva e extrovertida, assente no investimento em capital intensivo e protagonizado pelo grande capital, com pouca relação com o tecido económico local e pouco gerador de emprego. Trata-se de uma economia fortemente dependente da variação do preço das matérias-primas nos mercados internacionais (gás, madeira, marfim, pedras preciosas), que o país não consegue controlar.

Apesar de o governo ter criado, há cerca de 6 meses atrás, a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) continua-se a aguardar pela resposta desta organização no terreno. A realidade é que a frustração de expectativas iniciais conduziu a um processo de insatisfação e exclusão de diversos segmentos da população, que importa conhecer, com sensibilidade, por forma a melhor intervir. Neste cenário, uma intervenção militar no terreno só se pode tornar sustentável e eficaz, se for complementada com uma ampla estratégia de contrainsurgência.

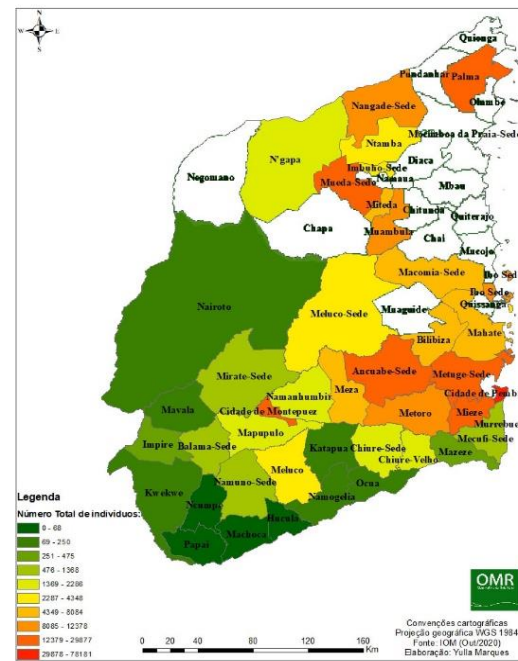
a) Identificação de diferentes áreas socioeconómicas

O investimento económico na província de Cabo Delgado encontra-se amplamente dificultado pelo alastramento dos ataques armados, que incidem hoje sobre vastas zonas da costa e com penetração pelo planalto (mapa 1). Na periferia das zonas atacadas concentram-se centenas de milhares de indivíduos deslocados, compostos sobretudo por populações sem capacidade de deslocação para áreas mais afastadas, frequentemente compostos por famílias monoparentais chefiadas por mulheres. É nestes distritos que se concentra grande parte da ajuda humanitária e das necessidades de investimento.

Mapa 1: Identificação de áreas com ataques militares (Nov/2020)

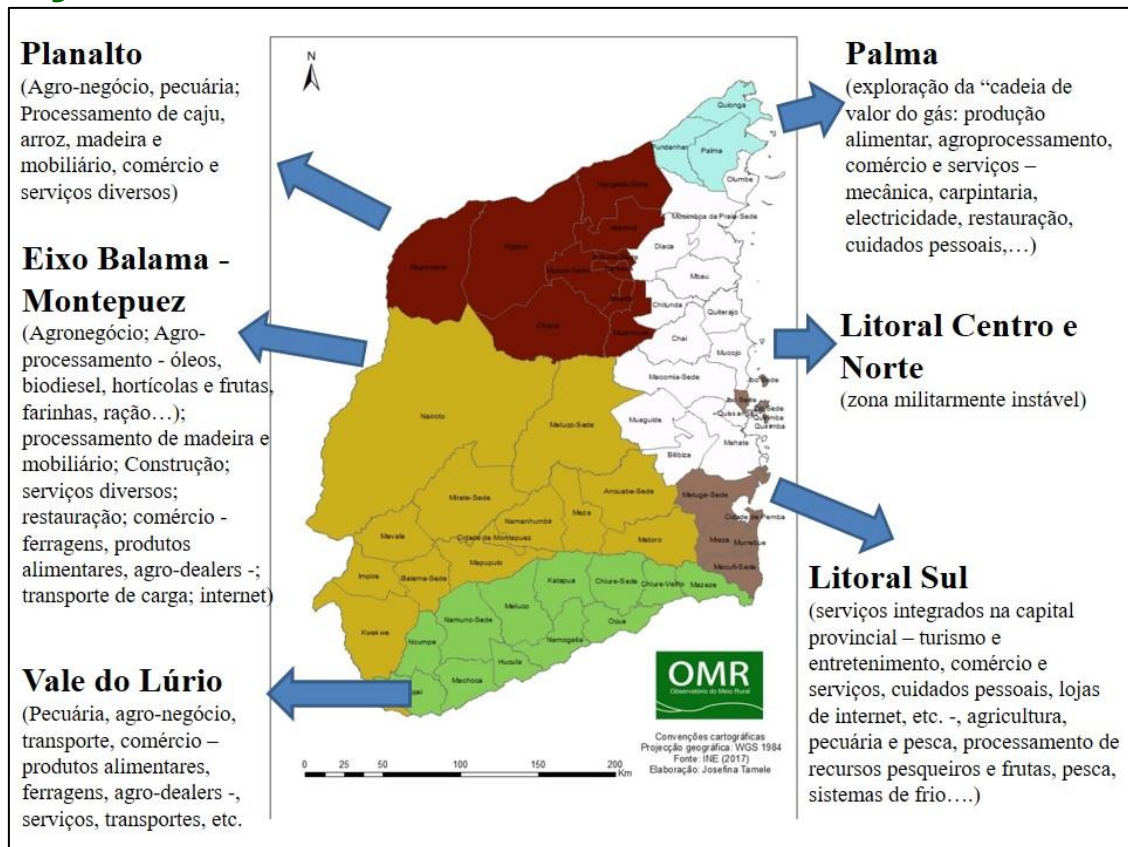


Mapa 2: Concentração de deslocados internos, por posto administrativo (Out/2020)



Em função desta nova realidade (insegurança militar, migrações internas e necessidade de reassentamento e de integração socioeconómicas de centenas de milhares de indivíduos), das diferentes condições agro-ecológicas, infraestruturas existentes e condições socioeconómicas, distinguem-se seis áreas na província de Cabo Delgado, com diferentes potenciais de investimento (ver mapa 3):

Mapa 3: Diferentes zonas geográficas e possível investimento na província de Cabo Delgado



b) SOS urgência juventude Cabo Delgado

Perante esta realidade, urge o desenvolvimento de modelos económicos assentes em trabalho intensivo, através do apoio ao agro-negócio, à agro-transformação e desenvolvimento de pequenos serviços (transporte, comércio ou pequenas oficinas) e dirigindo-se, em particular, à juventude. A protecção económica da juventude constitui, na verdade, a melhor estratégia de prevenção relativamente ao envolvimento com grupos violentos, pelo que as mensagens de apelo à não aderência a grupos radicais só serão eficazes se complementadas com acções de assistência socioeconómica. Pelo papel enquanto mães e educadoras (e portanto na prevenção da radicalização) ou como produtoras de alimentos, a assistência económica às mulheres tem um impacto positivo sobre todos os membros da família, pelo que este grupo social merece ser priorizado. Promovendo a emancipação socioeconómica da mulher e, conseqüentemente, o planeamento familiar, o apoio a jovens mulheres tem impacto sobre a redução da fecundidade e, conseqüentemente, da pobreza.

É com base nestas premissas que a Gapi-SI propõe a implementação urgente de uma estratégia de desenvolvimento económico e social na província de Cabo Delgado assente em três alicerces:

- Na **capacitação** e desenvolvimento de competências técnico-profissionais (relacionadas com o agronegócio, agro-processamento, pecuária, comercialização ou pequenos serviços), quer na alfabetização financeira e gestão de pequenos negócios.
- No **financiamento** adaptado à situação de instabilidade política e de exclusão social, mas gerido de forma transparente, profissional e com base na proximidade, sem exigência das tradicionais garantias e não condicionado a filiações étnicas ou partidárias
- No **desenvolvimento institucional**, criando e/ou requalificando mercados periurbanos para funcionarem como “base logística” de assistência à economia local, formalização e de micro negócios e alargamento da rede de proteção social. Estimulando o acesso à internet e uso de informação e de programas educativos principalmente dirigidos a jovens, bem como sistemas de pagamentos digitalizados pretende-se contribuir para reduzir a vulnerabilidade da população nas zonas limítrofes das áreas em conflito.

O desenvolvimento de Cabo Delgado implica a constituição de um centro de coordenação, com a capacidade de monitoria e de criação de parcerias no terreno, envolvendo o Estado, as organizações religiosas e humanitárias, as agências de desenvolvimento, as escolas e centros de formação, o sector financeiro e os empresários, assim como os centros de pesquisa.

PARA UMA SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL DO CONFLITO

É neste cenário que uma solução sustentável do conflito implica a utilização de um conjunto de ferramentas de políticas públicas, de forma coerente e consertada, que devem passar não apenas pela criação de infraestruturas (vias de acesso, irrigação, electrificação, telecomunicações), implementação de serviços (saúde, educação, investigação e extensão agrária, serviços financeiros e parques de máquinas), de factores de produção (sementes, fertilizantes e máquinas) e de desenvolvimento de mercados (desenvolvendo cadeias de valor e estabilizando os preços), mas também ao nível da implementação de políticas macroeconómicas. De facto, os planos de investimentos em infraestruturas e serviços só poderão ser viáveis se forem complementados com a canalização do orçamento de Estado para sectores como a agricultura, pescas ou agroindústria, assim como para províncias menos integradas no mercado, pela concessão de subsídios a sectores considerados estratégicos para a redução da pobreza, assim como de uma política monetária e fiscal que proteja o produtor nacional.

Por outro lado, o sucesso de uma estratégia de desenvolvimento económico do Norte do país implica um reforço da capacitação institucional, na fiscalização e na justiça, o que

inclui a despartidarização do aparelho de Estado, o reforço do papel da Procuradoria-Geral da República e o respeito pelos Direitos Humanos, incluindo por parte de elementos das Forças de Defesa e Segurança.

Por fim importa desenvolver um conjunto de espaços de participação cívica, implicando a identificação de líderes carismáticos locais, a capacitação de associações locais (religiosas, empresariais, recreativas, etc.), acções de advocacia junto das populações e associações locais (ver quadro 1). Trata-se da melhor forma de demonstrar, perante os mais jovens, que a violência não constitui o (único) espaço possível de exercício da cidadania.

Quadro 1: Instrumentos de políticas públicas conducentes a um desenvolvimento integrado

